

A PAISAGEM COMO PROBLEMA: CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR

VOLUME III



PEDRO FIDALGO
(coord.)

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ih
INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A PAISAGEM COMO PROBLEMA:

CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR

Pedro Fidalgo (coord.)

AUTORES

Aline Defellipe Câmara	Fernanda Moço Foloni	Margarida Carvalho
Amanda Cristina Franco Gueraldi	Fernando Eraldo Medeiros	Maria Bezerra
Ana Amorim	Filipa de Castro Guerreiro	Maria da Graça Saraiva
Ana Beatriz Jardim Alves	Francisco da Silva Costa	María Fandiño
Ana Carolina Carmona-Ribeiro	Francisco Eduardo Torres Cancela	Maria João Centeno
Ana Cristina Santos Guerreiro	Francisco Horta Maranhão	Maria Manuela Laranjeira
Ana Paula Pires	Francisco Paiva	Maria Mota Almeida
Ana Rita Sá Carneiro	Giuliana Giuseppa F. dos Santos	Mariana do Rosário Machado
Andreia Cristina Amorim Pereira	Gonçalo Duarte Gomes	Mariano Gambín García
Andreia V. Quintas	Graciela Márcia Fochi	Marta Carvalho
Antonio Claret Miranda	Gregorio Canales Martínez	Marta Raquel da Silva Alves
António Meireles	Helena Figueiredo Pina	Mateus Pessetti
Arildo Camargo	Hugo Fortes	Meri Lourdes Bezzi
Arlis Buhl Peres	Isabel Loupa-Ramos	Micheline Helen Cot Marcos
Bárbara d'Acampora	Isabel Maria Matias	Miguel Ángel Lozano Jiménez
Beatriz V. Toscano	Jacinta Fernandes	Miguel Bandeira
Caio Fernando Santos de Alencar	Jeanne Almeida da Trindade	Mirela Duarte
Camila Sant' Anna	Joana da Cunha Fernandes	Miriam Victoria Fernandez Lins
Camilo Blanco Pampin	João Gomes de Abreu	Nara Nastari Villela Gardel Barbosa
Carla Rolo Antunes	João Gustavo Andrade Silva	Norma Regina Truppel Constantino
Carlos Alves Lopes	João Paulo Carvalho do Amaral	Nuria Freire Gonçalves
Carlos Bragança dos Santos	João Rafael Santos	Pascal de Moura Pereira
Carlos Gonçalves Terra	Joaquín Romano Velasco	Patrícia Freire
Carlos Vargas	Jorge Batista	Paulo Bianchi
Caroline Ganzert Afonso	José Cavaleiro Rodrigues	Pedro Fidalgo
Cassandra Helena Faes	José Fariña Tojo	Rafael Winter Ribeiro
Catarina de Almeida Pinheiro	José Ignacio Vila Vázquez	Renata C. Oliveira de Carvalho
Chilavert Topolski	José Joaquín Parra Bañón	Ricardo Bento
Cidália Ferreira Silva	José Manuel Vázquez Mosquera	Ricardo Pereira Rodrigues
Clara García Mayor	José Ramón Moreno Pérez	Ricardo Stedile Neto
Claucionei Lucimar Gengnagel	Josyanne Pinto Giesta	Rosana Sommaruga
Cláudia Ávila Gomes	Juliana Christiny Mello da Silva	Roseline Vanessa Santos Oliveira
Cláudia Gaspar	Karina Andrade Mattos	Rubens de Andrade
Cristian Rojas Cabezas	Karla Garcia Biernath	Rui Florentino
Daniela Pereira Alves Ribeiro	Laura Domínguez Correa	Samuel Roda Fernandes
Diana Amaral	Ligian Cristiano Gomes	Sandra Escobar
Dolores Gutiérrez Mora	Luciane Rodrigues de Bitencourt	Sebastiano Antonio Raimondo
Domingos Lopes	Lúcio Cunha	Taís Alvino da Silva
Duarte Natário	Luís Alexandre Castanho	Teresa Madeira da Silva
Eliane Maria Foletto	Luís Brandão Coelho	Tiago Santana Águas
Emilia Román	Luís Vieira	Tomás Reis
Emilio Pérez Chinarro	Luís Ribeiro	Vanessa Carla Sayão Cortez
Érica Lemos Gulinelli	Luz Fernández-Valderrama Aparicio	Veerle Van Eetvelde
Esdras Araujo Arraes	Madalena Pinto da Silva	Véronique Zamant
Esteban Poole Fuller	Mafalda Alves	Victoria Sánchez Giner
Ester Higuera	Manuel Fernández Díaz	Vladimir Bartalini
Eva Luque	Marcelle Dutra	Yasmin Lubachevski
Fernanda Maria Follmann	Margareth Afeche	

**A PAISAGEM COMO PROBLEMA:
CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR**

EDITA

Instituto de História Contemporânea da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa

LOCAL

Lisboa

DATA

Setembro de 2018

ISBN

978-972-96844-8-7

ÍNDICE DO VOLUME III

Eva María Luque García Territorio de plástico. El origen del objeto invernadero	6
Fernanda Maria Follmann, Eliane Maria Foletto e Francisco da Silva Costa Importância das áreas protegidas como subsídio para proteção da paisagem: O caso de Santa Maria/Brasil e Guimarães/Portugal	27
Filipa de Castro Guerreiro Da leitura geográfica à inscrição na paisagem. A implantação das Colônias Agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960	46
Francisco Horta de Albuquerque Maranhão Landcanvas ; Walkscape - Dualismos da arte contemporânea da paisagem	71
Francisco Paiva A Paisagem através da Cartografia	97
Gonçalo Duarte Gomes Resiliência negativa, ou as paisagens obstinadamente desordenadas	118
Giuliana Giuseppa D'Antoni Ferreira dos Santos e Rubens de Andrade Urban gardens as health environments: Planning and public policies for qualifying cities	144
Helena Figueiredo Pina, João Gomes de Abreu, José Cavaleiro Rodrigues, Maria João Centeno, Margarida Carvalho e Ricardo Pereira Rodrigues A mediação museológica como eixo de valorização, proteção e construção de paisagens sustentáveis: o projeto "Museu da Paisagem"	159
Hugo Fortes Paisagens em fluxo: Os rios a partir da visão de instalações artísticas contemporâneas	179
Isabel Loupa-Ramos, Paulo Bianchi e Veerle Van Eetvelde Capturing stakeholder knowledge in participatory landscape mapping: Scrutinizing research approaches	199

Isabel Maria Matias, Pascal de Moura Pereira e Luís Brandão Coelho	
A Paisagem como suporte de uma estratégia para o ordenamento e gestão sustentável. Plano de Paisagem das Terras de Coura	215
Jeanne Almeida da Trindade	
Preservação de parques históricos na contemporaneidade	232
João Gustavo Andrade Silva, Fernando Eraldo Medeiros, Francisco Eduardo Torres Cancela, João Rafael Santos Rebouças e Renata C. Oliveira de Carvalho	
A paisagem cultural de Porto seguro: Novas perspectivas para o patrimônio chancelado	250
João Paulo Carvalho do Amaral	
À sombra da mangueira – Reconhecendo os valores da Mangífera Indica para arborização urbana de Belém do Pará, Brasil	274
Joaquín Romano Velasco, Emilio Pérez Chinarro, Ricardo Bento e Domingos Lopes	
Red de Paisajes como estrategia de sustentabilidad: Estudio de caso de la reserva de la biosfera transfronteriza meseta Ibérica	297
Jorge Batista	
A paisagem-imagem de Sintra e a sua natureza visual	317
José Fariña Tojo	
Infraestrutura verde y paisaje	338
Notas curriculares	346

DA LEITURA GEOGRÁFICA À INSCRIÇÃO NA PAISAGEM.

A IMPLANTAÇÃO DAS COLÓNIAS AGRÍCOLAS CONSTRUÍDAS PELA

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA ENTRE 1936 E 1960.

Filipa de Castro Guerreiro

Resumo: A Junta de Colonização Interna, criada em 1936, construiu, ao longo de cerca de 25 anos, sete colónias agrícolas onde foram instituídos 512 casais agrícolas.

Se num momento inicial o desenho do território espelha apenas questões de produtividade agrícola, na década de 1940, as operações passam a ser debatidas à luz de outras disciplinas como a geografia, a arquitectura, a arquitectura paisagística, a educação ou a religião. Condição que se verificará até ao final da década de 1950.

Visitando as várias colónias, sobressai uma grande diversidade – quer dos modelos de estruturação do território, quer da conformação dos assentamentos e da expressão arquitectónica dos edifícios –, contudo é também perceptível um sentido de identidade decorrente de um conjunto de invariantes.

Procurando construir uma ideia que consiga expressar o que invariavelmente está presente no desenho das colónias agrícolas, que lhes permite manter a sua legibilidade e capacidade de inscrição, diríamos que é a concentração de intenções, de respostas às várias premissas, no desenho de cada elemento estruturante. Desenho esse que toma o espaço público – arruamento, largo e praça central – como elemento estruturante do seu sistema compositivo, e se ancora numa apropriação sensível da circunstância geográfica e topográfica do sítio, utilizando um mínimo de recursos construídos.

Palavras Chave: Colonias Agrícolas; Estado Novo; Colonização; Geografia; Paisagem.

FROM THE GEOGRAPHICAL INTERPRETATION TO LANDSCAPE INSCRIPTION.

THE INTERNAL COLONIZATION BOARD AGRICULTURAL COLONIES

IMPLANTATION, BUILT BETWEEN 1936 AND 1960.

Filipa de Castro Guerreiro

Abstract: Internal Colonization Board, created in 1936, for about 25 years, built over seven agricultural colonies where were established 512 agricultural couples.

If in the beginning the design of the territory only reflects questions of agricultural productivity, in the 1940s, operations are debated under the light of other disciplines such as geography, architecture, landscape architecture, education or religion. This condition will occur until the end of the 1950s.

Visiting the various colonies stands out a great diversity - both of the models of territorial structuring, settlement framing and expressions of building architecture -, however, a sense of identity deriving from a set of invariants is also perceptible.

In order to construct an idea that can express what is invariably present in the design of the agricultural colonies, which allows them to maintain their legibility and inscription capability, we would say that it is the concentration of intentions, in the response to the various premises, in the design of each structuring element. This design takes the public space - street, yard and square - as a structuring element of its compositional system, and is anchored in a sensitive appropriation of the geographical and topographic circumstance of the site, using a minimum of constructed resources.

Keywords: Agricultural Colonies; “Estado Novo”; Colonization; Geography; Landscape.

DA LEITURA GEOGRÁFICA À INSCRIÇÃO NA PAISAGEM.

A IMPLANTAÇÃO DAS COLÓNIAS AGRÍCOLAS CONSTRUÍDAS PELA

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA ENTRE 1936 E 1960 ¹⁷

Filipa de Castro Guerreiro

Entre 1936 e 1950 a Junta de Colonização Interna (JCI) construiu em Portugal Continental vinte e dois assentamentos organizados em sete colónias agrícolas. Este período longo, que permitiu a existência de várias visões, objectivos e estratégias de intervenção no seio do organismo, tem reflexos na diversidade de desenho quer entre colónias, quer no conjunto de cada colónia em particular, já que estas não foram alvo de um projecto único e pontual, mas antes – na maioria dos casos – decorrem de um conjunto de intervenções cujo intuito varia ao longo do tempo. Deste facto, e da consideração das específicas condições geográficas, resulta uma grande diversidade – quer dos modelos de estruturação do território, quer da conformação dos assentamentos e da expressão arquitectónica dos edifícios –. Contudo, algo que se depreende, quando se visitam as sete colónias agrícolas, é a existência de uma identidade que se prende, antes de mais, com uma capacidade de inscrição no território (e com a sua perenidade, apesar de actualmente grande parte estar já em abandono).

Do circunscrever de quatro momentos diferenciados

Para além do reconhecimento de uma metodologia que atende à geografia da região, onde se desenvolve cada uma das intervenções, para a definição do modelo de povoamento, a

¹⁷ No âmbito do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto UID/AUR/00145/2013.

identificação, no período de cerca de vinte anos, de quatro momentos com diferentes condicionamentos, objectivos e actores, permite decifrar a diversidade aferida.

O primeiro momento [1936-1942] corresponde sensivelmente ao período entre a constituição da 'JCI', em 1936, e a apresentação, em 1942, do Projecto de colonização da Herdade de Pegões, o primeiro projecto desenvolvido de raiz pela Junta com o intuito de constituir exemplo "doutrinariamente bem concebido e praticamente bem fundamentado" (JCI 1942, 16). Procura-se fixar uma metodologia de intervenção centrada na dimensão e constituição do casal agrícola. Os projectos são desenvolvidos por engenheiros civis ou agrónomos sendo as questões arquitectónicas minorizadas. O desenho das colónias reflecte apenas questões agronómicas, e corresponde a um povoamento disperso de assentamentos de lavoura autónomos.

No segundo momento [1942-1946], que coincide com os últimos anos da Segunda Guerra Mundial, é projectada a maioria das intervenções. O desenvolvimento dos projectos para as colónias de Trás-os-Montes e Minho coloca o problema da incorporação da leitura geográfica da região na metodologia de projecto. São projectados os primeiros assentamentos concentrados, onde a escolha do sítio quer do ponto de vista topográfico, quer do ponto de vista da relação com a rede de povoamento territorial é assumida como premissa central. O enquadramento ideológico altera-se significativamente, o quadro de recursos mínimos e de construção de uma intervenção centrada exclusivamente nas questões da agricultura é substituído pela procura de um sentido de representação dos valores defendidos pelo Estado – identidade, ruralidade e ordem –, e revela a intenção consciente de construção de uma paisagem. A arquitectura é chamada, por via dos arquitectos a trabalhar na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Guerreiro 2016, 308), quer para dignificar e engrandecer a imagem do Lar, símbolo da família, base da Nação, quer para dar forma e legibilidade aos assentamentos. A matriz de desenho dos assentamentos revela uma panóplia de referências, influências ou convergências de temas resgatados quer ao debate internacional da época, quer a referências ancestrais. Estabiliza-se um princípio de implantação dos casais na relação com o arruamento que os serve, e que constitui o elemento estruturador dos assentamentos.

O terceiro momento [1947-1953] corresponde ao período, no pós-guerra, em que estão a ser construídas as grandes colónias – Pegões, Barroso e Gafanha. É neste período que a Junta passa a integrar arquitectos nos seus quadros. A reorientação do Estado, no sentido da modernização e industrialização do país, provoca a deslocação do seu meio de expressão privilegiado – o casal agrícola – para os equipamentos da assistência agora concentrados em novos assentamentos – os centros sociais –. Transparece a procura de um novo sentido de representação, expresso já não pelos valores da ruralidade, mas pela presença institucional do Estado que agora se quer

expor como agente de modernização. Nos assentamentos dispersos assiste-se a um resgatar dos elementos do sistema clássico de legibilidade da cidade – *a porta, a rua e a praça* (Morales 1991) – interpretados à escala do território.

No quarto momento [1954-1960] assiste-se à entrada dos arquitectos paisagistas nas equipas de técnicos da Junta, que realizam trabalho quer à escala do território, intervindo nos projectos de colonização, quer à escala do assentamento, desenvolvendo projectos de ordenamento paisagístico. Há uma alteração significativa na matriz de desenho dos assentamentos. A estruturação dos conjuntos a partir da figura central do arruamento é substituída por composições mais complexas, organizadas a partir da disposição de faixas de parcelas que conformam espaços de ruas e praças, onde se procura um sentido de comunidade. O modelo da casa unifamiliar isolada é abandonado, os casais passam a ser organizados em edifícios geminados ou em banda que se adaptam com especial cuidado ao sítio específico onde se inserem.

Da legibilidade enquanto carácter de identidade

Para compreender o sentido de identidade comum às várias colónias agrícolas da Junta interessa identificar a existência, apesar da diversidade aferida, de um conjunto de invariantes que permitem dotar o território de dispositivos de legibilidade.

Quando falo de legibilidade, mesmo que no âmbito do espaço rural, refiro-me, à “facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente” (Lynch 1982, 13), à existência de uma ordem, um sistema de relações apreensíveis que potenciem um sentido de leitura e de orientação no território. Interessa-me orientar o olhar sobre os projectos e construção das colónias agrícolas da Junta sob este ponto de vista por considerar que a legibilidade de uma intervenção arquitectónica, e a sua capacidade de introduzir ou fomentar legibilidade no contexto em que se insere, constituiu desde sempre uma qualidade, e defendo que, hoje deverá constituir uma premissa central em qualquer projecto arquitectónico.

Da leitura da condição geográfica ao tipo de povoamento

A primeira questão que se pode evocar como geradora de um sentido de identidade entre as várias intervenções prende-se com a metodologia de trabalho estabelecida pela Junta. A primeira parte de cada projecto, dedicada ao estudo da região e orientada segundo vários aspectos – fisiográfico (situação, limites, superfície; orografia e hidrografia; geologia e agrologia; clima), social (crescimento médio da população; população residente – fogos e

sua composição; densidade populacional), agro-pecuário e aspectos da propriedade rústica e exploração agrícola (JCI 1942) –, demonstra como, à partida, há uma intenção de integrar a intervenção na sua envolvente, otimizando as suas condições e características e tornando-a também oportunidade de se constituir como exemplo a seguir na região. Será seguindo este método, de iniciar o projecto a partir do estudo da região que, nos projectos se informa, por exemplo, a opção por um povoamento disperso ou concentrado, analisando o que Henrique Abecasis refere como “habitat natural” (Abecasis 1949, 204) e que engloba aspectos como a topografia da região, o clima, a continuidade e constituição das parcelas e a natureza das culturas – regadio, sequeiro. Não havendo uma alteração significativa das culturas propostas relativamente às praticadas na região, mas sobretudo a optimização da sua produção, verificar-se-á uma aproximação natural entre o tipo de povoamento existente na região e o proposto.

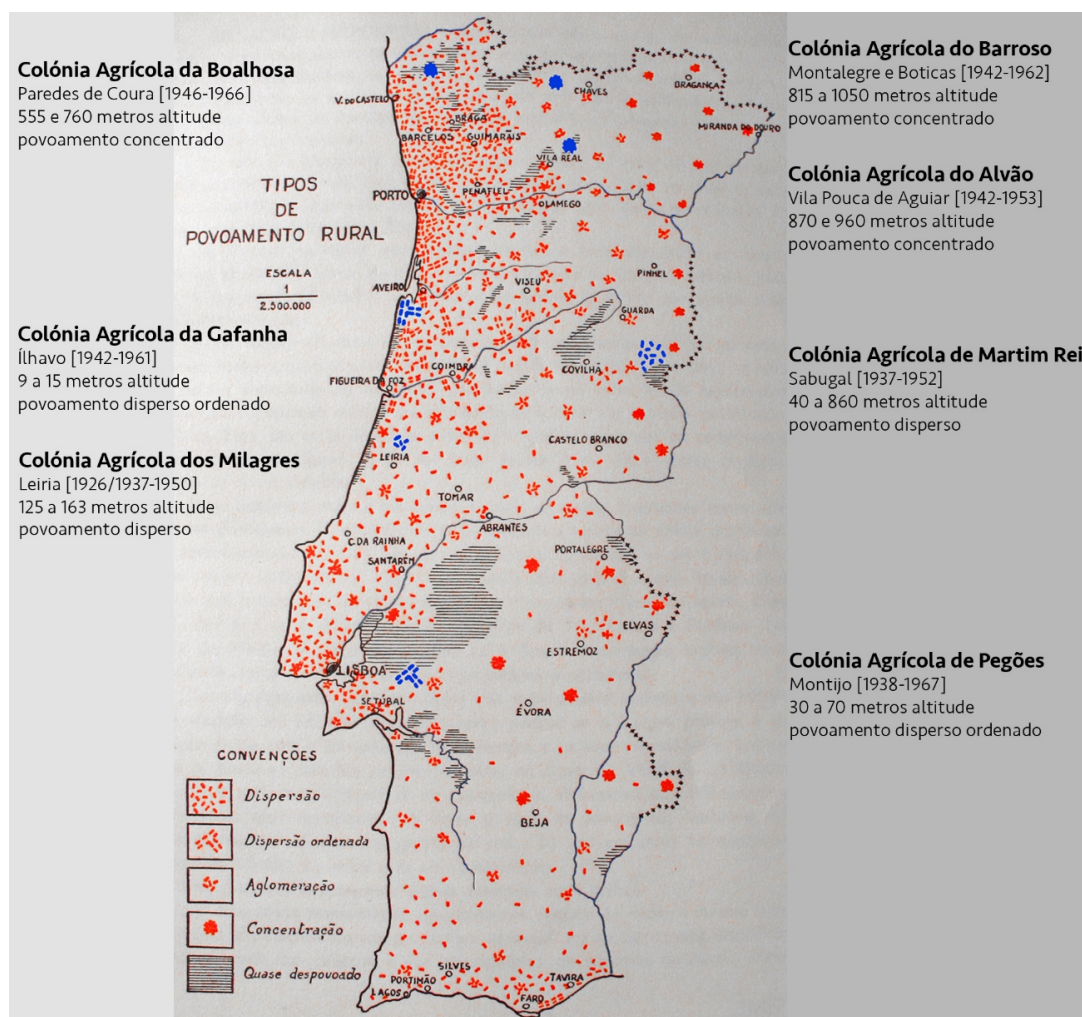


Fig. 1: Identificação do tipo de Povoamento de cada Colónia Agrícola construída pela 'JCI' – a azul – na Carta de identificação dos “Tipos de Povoamento Rural” de Amorim Girão, 1946. [desenho editado a partir da imagem publicada in (Girão 1946, s/n)]

Da intervenção nos interstícios de um território já povoado

A impossibilidade de uma estratégia de intervenção territorial a grande escala¹⁸, à semelhança das intervenções congéneres em Itália ou em Espanha, levou ao reconhecimento e intervenção nos interstícios de um território já povoado. A ideia de estruturação do território a partir da intervenção cirúrgica traduz-se pela inscrição de *pontos* estruturados pela *distância* e pelo traçar ou completar de *linhas* que permitem a leitura de uma malha de relação entre povoados.

Independentemente de se tratar de um povoamento disperso ou concentrado, há uma estratégia de infra-estruturação da região através da concentração de equipamentos em pontos estratégicos – proximidade de estradas nacionais, localização equidistante aos assentamentos –, e da consolidação de uma estrutura viária. Nas colónias de maior dimensão, e à semelhança do que se verifica nos modelos de “Cidade Jardim”, há uma proposição de assentamentos centrais, onde se concentram os equipamentos, e de assentamentos satélites, tendencialmente equidistantes. As vias de comunicação, desenvolvidas no âmbito da instalação das colónias, são projectadas não só de forma a servir as colónias, mas também a responder a problemas de isolamento das regiões.

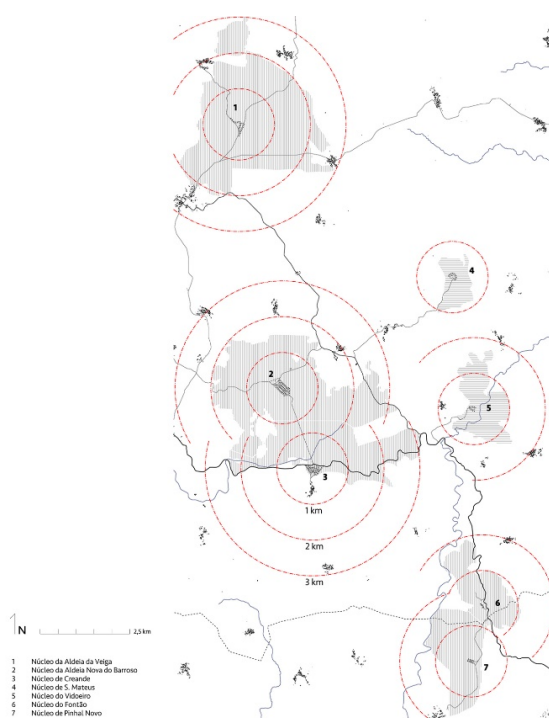


Fig. 2: Colónia Agrícola do Barroso - Distância máxima entre a casa e os terrenos agrícolas [desenho da autora].

¹⁸ Os objectivos iniciais da 'JCI' contemplavam não só a colonização de Baldios e propriedades dos Estado – acção em parte concretizada – como também a instalação de casais agrícolas nos terrenos irrigados pela Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, acção que nunca se verificou dado que existiam grandes pressões por parte dos proprietários e várias divergências dentro do Governo, quanto à ideia de expropriação dos terrenos e instalação de casais agrícolas.

Da escolha do lugar

Para além da consideração das *distâncias* acima referidas, os projectos de colonização desenvolvidos a partir do segundo momento revelam uma leitura sensível da topografia e uma escolha de lugares significativos na leitura e interacção com a paisagem. A escolha respondia, entre outras, às seguintes premissas: domínio da totalidade dos terrenos, procurando pontos centrais e controlando as distâncias máximas a percorrer nas tarefas do quotidiano; controlo da distância às povoações vizinhas; acessibilidade, quer através da proximidade a estradas existentes, quer através da construção de novas estradas, que para além de servir os novos assentamentos constituísse também uma mais-valia necessária às povoações existentes; a proximidade de fontes de matéria prima; garantia da presença de sol durante todo o dia; abrigo dos ventos; áreas relativamente planas onde a necessidade de movimentações de terras fosse reduzida, e existisse terreno enxuto e firme a pouca profundidade (JCI 1944b, 58); terrenos com fraca aptidão cultural, mas próximos das terras férteis. A escolha contempla também a procura de pontos estratégicos na observação e orientação relativa a acontecimentos marcantes da paisagem envolvente – como revela o desenho dos assentamentos, onde são visíveis eixos alinhados por vales ou pontos mais elevados da envolvente, e se destaca a presença, nos projectos, de espaços de miradouros.

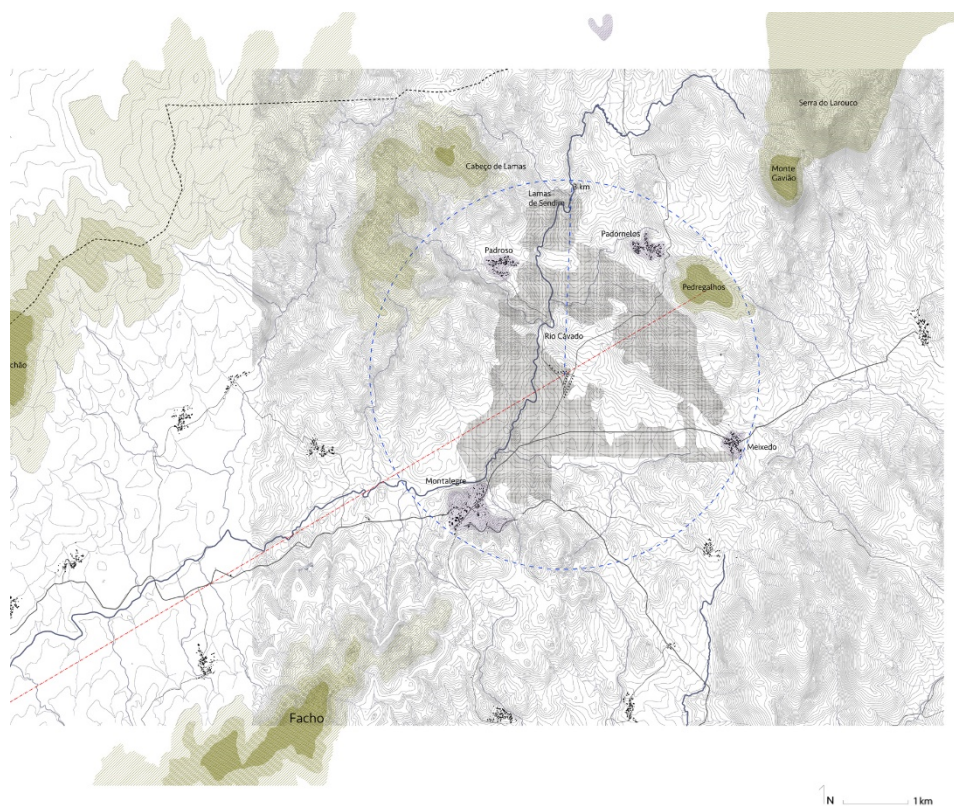


Fig. 3: Interpretação da escolha do sítio do assentamento do Núcleo da Veiga de Montalegre, na Colónia Agrícola do Barroso [desenho da autora].

Da forma do lugar à matriz do assentamento

Para além da escolha, a leitura do lugar constitui um dos aspectos mais determinantes no desenho das colónias da 'JCI'. Ao contrário das colónias agrícolas espanholas projectadas pela Junta Central de Colonización y Repoblación Interior que partiam da adaptação de um tipo a um determinado contexto físico (Monclús e Oyón 1988, 324), no caso da 'JCI' é a partir do contexto físico do sítio que se estabelece a matriz do assentamento. Para cada condição geográfica – planície, planalto, montanha – são lidas as circunstâncias existentes que facilitam a instalação de produções agrícolas – a fertilidade dos solos, a existência de linhas de água ou a facilidade da sua condução, etc. –, e as condições de salubridade que permitam os assentamentos.

Não há, apenas, que transpor princípios, sistemas de ordenamento e mesmo regulamentos praticados [...]. É preciso começar tudo de novo e saber reconhecer o sítio de fundação mais favorável, na vastidão dos territórios. [...] e é preciso saber das condições de salubridade dos lugares. Marta Oliveira (Oliveira 2004, 806)

A relação entre o desenho e a circunstância física do sítio parece decorrer, antes de mais, de um sentido de economia de meios. Utilizar a condição física existente para, com o mínimo esforço, garantir uma resposta eficaz, tanto no que respeita às condições de salubridade desejadas, como à expressão arquitectónica do conjunto. Economia que se pretende quer, na acção e momento da construção quer, na sua manutenção futura. A força da forma resgatada à circunstância física da natureza é garante de uma maior perenidade dos conjuntos, principalmente quando são desenvolvidos num contexto de redução de elementos construídos.

“O gesto Português é mais brando, mas igualmente definitivo. Menos «construir tudo»: o que a Natureza dá não precisa de ser feito. [...] Há sempre uma encosta a amparar fragilidades e arrogâncias da Arquitectura. Vale a pena re-estudar esta forma de construir. E é urgente: a intuição não explica nem ensina” Álvaro Siza (Vieira 2009, 51)

O desenho específico de cada assentamento, quer seja regido prevalentemente por questões agrológicas ou por questões arquitectónicas, decorre ou apoia-se sempre na identificação de um elemento, uma particularidade específica do sítio. Os assentamentos construídos pela 'JCI' são unânimes no modo como a circunstância física de cada lugar constitui uma premissa determinante na estrutura do desenho de cada conjunto. Para além do desenho dos assentamentos decorrer de uma apropriação directa da topografia, ou de outro elemento natural, há também uma contenção e procura de elementaridade nas formas dos conjuntos que lhes confere, apesar das reduzidas dimensões, uma legibilidade e capacidade de inscrição forte no território.

Nas planícies do Ribatejo, onde os casais se compõem de uma parcela de regadio e outras de sequeiro e vinha, o povoamento – disperso ordenado – é estruturado pelas linhas de água¹⁹. O seu traçado determina o desenho das parcelas de regadio onde é implantada a casa, e, conseqüentemente, dos arruamentos que as servem. O cruzamento dos arruamentos com as vias de comunicação pré-existentes determina os pontos notáveis onde se estabelecem os espaços públicos. Numa região onde o modelo de povoamento – os *foros* – decorre de um parcelamento que corresponde a uma divisão aritmética dos terrenos e onde as construções se implantam sem qualquer princípio de conjunto²⁰, a oposição entre o traçado orgânico do assentamento da Junta, decorrente da relação com as linhas de água, e a regularidade geométrica do parcelamento da região permite não só o reconhecimento da presença da colónia agrícola, como valoriza e torna legível a presença das ribeiras.

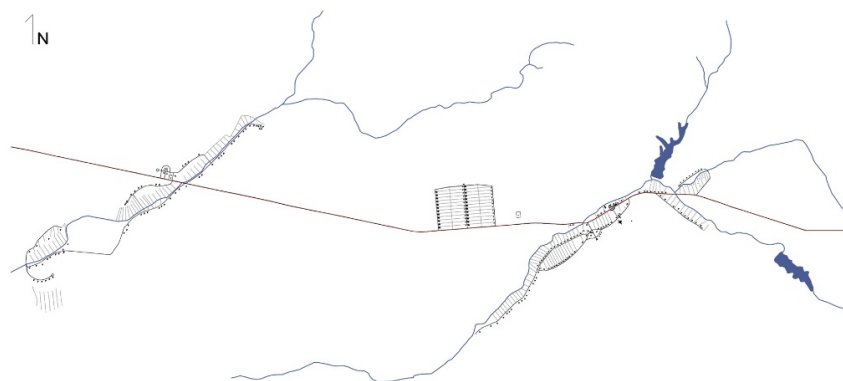


Fig. 4: Os assentamentos da Colónia Agrícola de Pegões estruturados pelas linhas de água [desenho da autora].

Nas areias da Beira Litoral, perante a consideração da continuidade e uniformidade do solo que se pretendia transformar, é encontrado espaço para equacionar o desenho ideal de um povoamento disperso ordenado. Apesar deste exercício de abstracção, o desenho concreto do conjunto da Colónia Agrícola da Gafanha é marcado por um acontecimento topográfico – uma duna mais elevada – que é utilizada para fixar a posição do Centro Social do assentamento. Na Colónia Agrícola da Gafanha, não só se identifica contraste de densidade, regularidade e forma entre as parcelas quadradas do assentamento e as parcelas estreitas e compridas da envolvente, como também uma perene inscrição no território através do traçado das vias estruturantes que

¹⁹ Na ausência de linhas de água naturais, é o desenho dos sistemas de rega que estruturam os assentamentos.

²⁰ “A forma mais perfeita da disseminação encontra-se todavia nas áreas colonizadas nos últimos cem anos, tractos de areal, em toda a costa, ou charnecas e brejos do Ribatejo, da península da Arrábida ou do Alentejo. Aí não se nota qualquer coesão entre as habitações, cada um levanta casa ao pé da sua courela, dispõe-na como lhe apraz, isola-se do vizinho, mostrando, nesta expressão de independência, o declínio do antigo espírito de comunidade que levava os homens a juntarem-se para explorarem colectivamente campos e pastagens. Os *foros* pertencem a este tipo, que é, invariavelmente, o de todas as formas recentes de ocupação do solo entre nós.” (Ribeiro 1945, 140)

para além de abrangerem a totalidade do núcleo com um único gesto e expressiva simetria, permitem estabelecer lógicas de continuidade com as vias envolvente.



Fig. 5: Implantação da Colónia Agrícola da Gafanha. A existência de uma duna determinou a localização do Centro Social e o espaço florestal [desenho da autora].

Nas montanhas do Minho e de Trás-os-Montes, para um povoamento concentrado, cujo casal integra uma pequena parcela para horta, próxima do assentamento, e outras de regadio, mais afastadas, e que interessa dominar visualmente, há a procura do espaço do outeiro voltado a Sul, protegido dos ventos de Norte, e envolvido por linhas de água. Sobre este é experienciada uma série de desenhos de assentamento que, invariavelmente, acentuam o suporte topográfico reflectindo a sua forma no desenho do seu espaço público.



Fig. 6: Planta do projecto para o Lugar de S. Mateus, na Colónia Agrícola do Barroso [(JCI 1944b, s/n)].

No caso dos assentamentos de maior dimensão – Aldeia Nova do Barroso, Creande e Vascões –, a forma e dimensão dos outeiros onde se implantam os assentamentos determina a sua geometria e o traçado da estrutura, adoptando, caso a caso, uma estratégia específica.

Na Aldeia Nova do Barroso a forma alongada do assentamento replica a forma da encosta proeminente que se desenvolve entre dois vales paralelos. O eixo estruturante do conjunto acompanha a direcção da linha de festo. Em Creande, na Colónia Agrícola do Barroso, a forma triangular e a estrutura do assentamento denunciam a ondulação do terreno. Os arruamentos e a praça central ajustam-se aos pequenos vales, enquanto as parcelas dos casais ocupam as encostas e as suas extremas centrais coincidem com as linhas de festo.

Em Vascões, na Colónia Agrícola da Boalhosa, a forma do assentamento, em leque, é condicionada pela forma da encosta que se desenvolve entre dois pequenos vales, e o traçado das ruas acompanha as curvas de nível.

No caso dos assentamentos de pequena dimensão – S. Mateus, Aldeia da Veiga, Pinhal Novo e Vidoeiro, na Colónia Agrícola do Barroso –, quer o sítio escolhido corresponda a um espaço côncavo numa encosta, quer a um pequeno outeiro, os edifícios são implantados perifericamente, evidenciando, no seu conjunto, a forma do suporte natural, que é também, consequentemente, plasmada nos espaços públicos centrais.

Nos assentamentos de dimensões mínimas, na Colónia Agrícola do Alvão, o número reduzido de casais não permite estabelecer uma relação tão directa entre a topografia e a forma do assentamento. No entanto, é claramente legível a relação entre os acontecimentos topográficos e a escolha específica do sítio onde são implantados os edifícios. Esses pontos escolhidos evidenciam um elemento diferenciador na sua envolvente, seja pela presença de uma colina, uma elevação rochosa ou um acontecimento especial de uma ribeira. Para além da clareza e elementaridade das suas formas, facilmente identificáveis, neste conjunto de assentamentos de montanha, o modo como decorrem de uma apropriação sensível da topografia promove igualmente a leitura do território. A sua posição e orientação relativa a elementos notáveis da paisagem garantem não só um sentido de integração e articulação com o território que os acolhe, como constituem em si uma proposta orientada e orientadora para a sua observação.

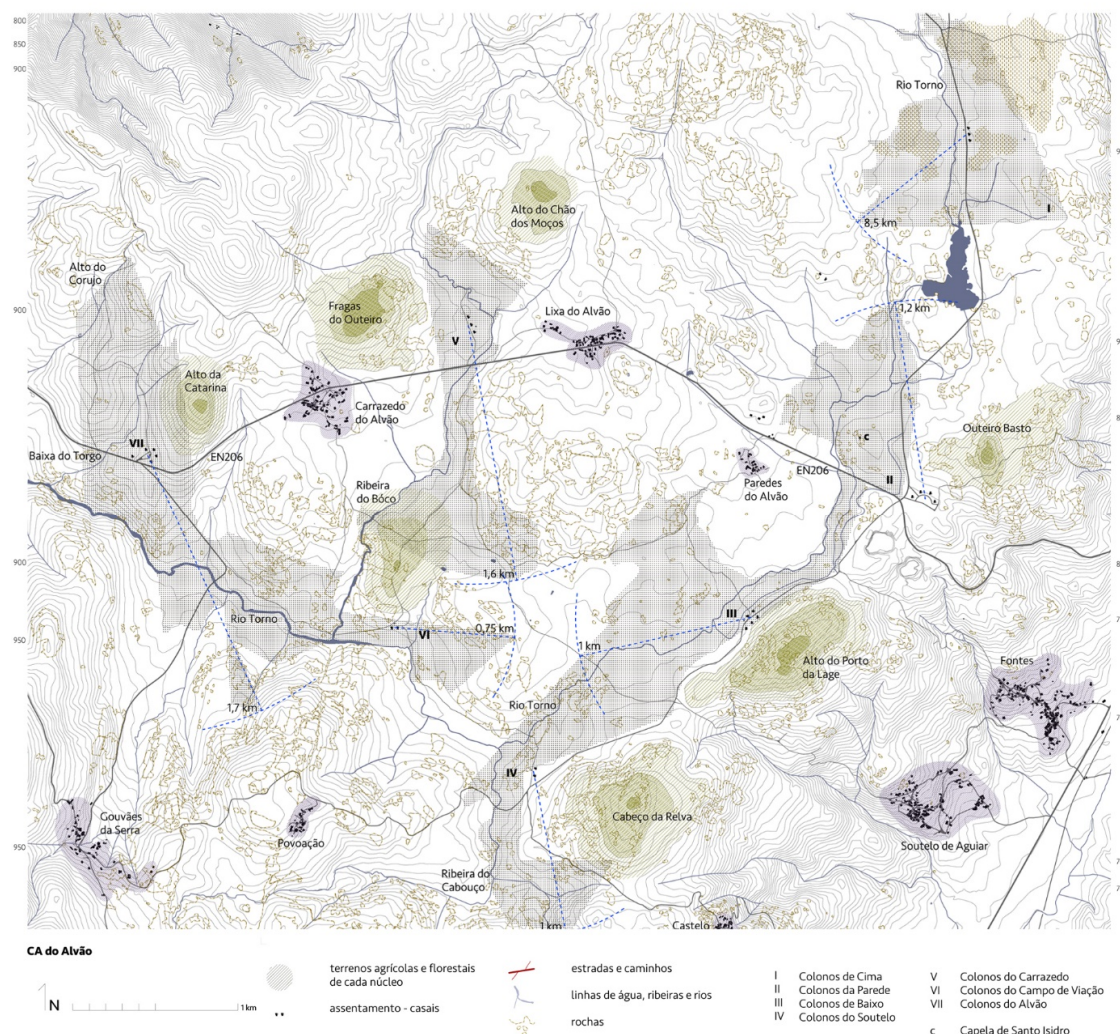


Fig. 7: A escolha do lugar dos assentamentos da Colónia Agrícola do Alvão [desenho da autora].

Como se depreende pela análise destes casos, a escolha dos sítios para a implantação dos assentamentos do ponto de vista da topografia, e a sequente determinação da sua forma, exercita o conhecimento de um tempo longo, aproximando-se, necessariamente, das considerações de Amorim Girão sobre os tipos de povoações decorrentes dos condicionamentos da topografia²¹. Esta sensibilidade, observada a partir do segundo momento que identificámos,

²¹ “povoações de cabeça, alcandoradas ou encarrapitadas (apresentando uma disposição compacta à roda dos cabeços e dos promontórios ou esporões do relevo), povoações de cumeada ou de dorsal (evitam os vales dos rios e alinham ao longo de cristas que os separam), povoações marginais de planalto ou debruçadas (à beira de grandes declives ou precipícios, dispõem-se geralmente como se contemplassem o vale), povoações encostadas ou empoleiradas (para abrigar-se do vento ou procurar uma boa exposição ao Sol, encostam-se às elevações do terreno), povoações de encosta suave ou em anfiteatro (nas zonas piemontesas ou de contacto entre a montanha e a planície, dispõem-se de alto a baixo, descendo pela encosta, e estendendo-se ainda em parte na zona plana), povoações marginais de sopé (nas planícies ribeirinhas, sujeitas a inundações, assentam de preferência no primeiro degrau do relevo circunjacente)”. (Girão 1946, 265-266)

não será também alheia ao facto de neste período Francisco Caldeira Cabral, diplomado em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Berlim, iniciar o curso livre de Arquitectura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia, e de existirem, ainda que não identificados, mas inegavelmente presentes pela primeira vez, arquitectos a participar nos projectos da Junta.

O problema do desenho dos assentamentos, é colocado no segundo momento identificado, quando se procura projectar o assentamento enquanto conjunto, em detrimento da mera consideração de um somatório de unidades independentes. A ausência de modelos contemporâneos para a escala de assentamentos pretendida²², e também determinada pela estruturação territorial em torno das bolsas de terrenos a colonizar (entre nove a cinquenta casais), – a escala da *aldeia* e do *lugar* –, obriga ao desenvolvimento de um modelo para os novos assentamentos da Junta. O processo, que considerámos constituir um dos aspectos mais interessantes da obra da 'JCI' nas colónias agrícolas, adquire especial densidade pelo modo como define um sistema que, permite responder a um povoamento disperso ou concentrado e garantindo uma economia de meios, explora o cruzamento de escalas – intervindo desde o desenho do território até ao desenho da casa –; recorre a dispositivos de implantação que derivam não só da leitura da génese dos assentamentos portugueses na sua relação com a topografia e condição dos lugares, como da estrutura de assentamentos agrícolas ancestrais Europeus, e incorpora temas de composição dos modelos de cidade desenvolvidos no final do século XIX – “Garden Cities” e “Beautiful City”.

Do arruamento enquanto elemento estruturador



Fig. 8: A ausência de uma estrutura inteligível na Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal [recorte de fotografia (Estúdio Mário Novais s.d.)].

²² Em Itália as três escalas de sistematização do território – casais dispersos, *borgos* e as cidades – não colocavam a questão do desenho da aldeia, já que os *borgos*, à semelhança dos *pueblos*, em Espanha, se aproximam mais, quer em dimensão (ainda que esta dependa da região geográfica em que se encontra), quer do seu programa, das vilas Portuguesas.

A chave deste sistema prende-se com o novo papel atribuído ao arruamento. Se na primeira experiência de projecto de raiz da Junta, a Colónia Agrícola de Martim Rei, o conjunto de estradas, sem uma estrutura inteligível, e sem uma relação directa com os edifícios dos casais, não contribuía para a construção de uma forma apreensível do conjunto, nos projectos seguintes, a via adquire uma nova condição. Para a compreender interessa relembrar o contexto da construção dos assentamentos da 'JCI', em que se estabeleciam dois tipos de encargos: reintegráveis pagos pelos colonos através de um empréstimo a 30 anos (incluíam o custo dos terrenos, construções dos casais, obras de rega, gado e alfaias (JCI 1944b, 47)), e encargos não reembolsáveis "[...] que, interessando à economia da região ou aos novos aldeamentos, devem constituir encargo do Estado ou dos corpos administrativos" (estradas, arruamentos, miradouros, abastecimento e distribuição de água, edifícios sociais e arroteia dos terrenos agrícolas) (JCI 1944b, 57). A estratégia de colonização dos baldios do Estado corresponde, na maioria dos casos, à construção de assentamentos em lugares inóspitos, onde a construção da estrada de acesso, para viabilizar toda a operação, constitui uma necessidade premente e corresponde a um investimento significativo por parte do Estado. Especialmente nos assentamentos de menor dimensão (sete a dez casais), o investimento Estatal quer na via de acesso, quer no aldeamento seria difícil de justificar no contexto estrito da Colónia Agrícola, razão pela qual é recorrentemente referida a mais valia da construção da estrada para toda a região²³. Mas, se a estrada de acesso ao assentamento é facilmente justificada no contexto regional, o investimento nas infra-estruturas do assentamento em si seria mais questionável. Se os assentamentos dispersos, como é exemplo o núcleo das Faias na Colónia Agrícola de Pegões, se podem estruturar directamente a partir da estrada, tal não se verifica nos assentamentos concentrados, facto que leva a que na operação de construção dos mesmos, em especial na Colónia Agrícola do Barroso, os seus *arruamentos* sejam frequentemente incluídos na própria obra da *estrada*.

"Para acesso ao lugar do Videiro, a construir, projectou-se uma estrada com o desenvolvimento de 2.225,15 m. (incluindo 393,90 m. para arruamento) que, saindo da E.N. nº. 4 – 1ª passa muito próximo da povoação do Cortiço e termina, por agora, naquele aldeamento.

Aldeamento – Será localizado, como se disse, na Veiga do Cortiço, junto ao Videiro, e constituído por 9 casais dispostos ao longo do arruamento." (JCI 1945, 96)

²³ "A região que se prolonga para nascente do núcleo de Sepêda, encontra-se isolada e sem acesso por via que permita o trânsito de veículos automóveis [...]. Prevê-se, portanto, já neste projecto, a abertura dos dois [...] troços dessa estrada até ao lugar do novo aldeamento [...]." (JCI 1944b, 63)

Esta associação de continuidade entre a *estrada* territorial e o *arruamento* determina uma das suas particularidades – o seu sentido linear contínuo. Sentido que introduz uma continuidade de movimento, inclusive, nalguns casos, para viabilizar uma subtil inversão do sentido de marcha, e propõe um deambular contínuo, quer pela paisagem, quer pelo assentamento que de forma igualmente contínua nela se integra.

“[...] as construções estão dispostas em círculo à volta de um arruamento também circular com 70 metros de raio sofrendo antes de entrar no vale uma inflexão até ao centro com o fim de o atravessar e ligar à estrada que se projectou.” (JCI 1944a, 1)

Este sentido de movimento relaciona-se com um sentido de estruturação dos assentamentos baseado no *arruamento*, em detrimento de, por hipótese, uma ideia de *grelha*.

“Aldeamento – Será localizado, como se disse, na veiga do Cortiço, junto ao Videiro, e constituído por 9 casais dispostos ao longo do arruamento.” (JCI 1945, 96)

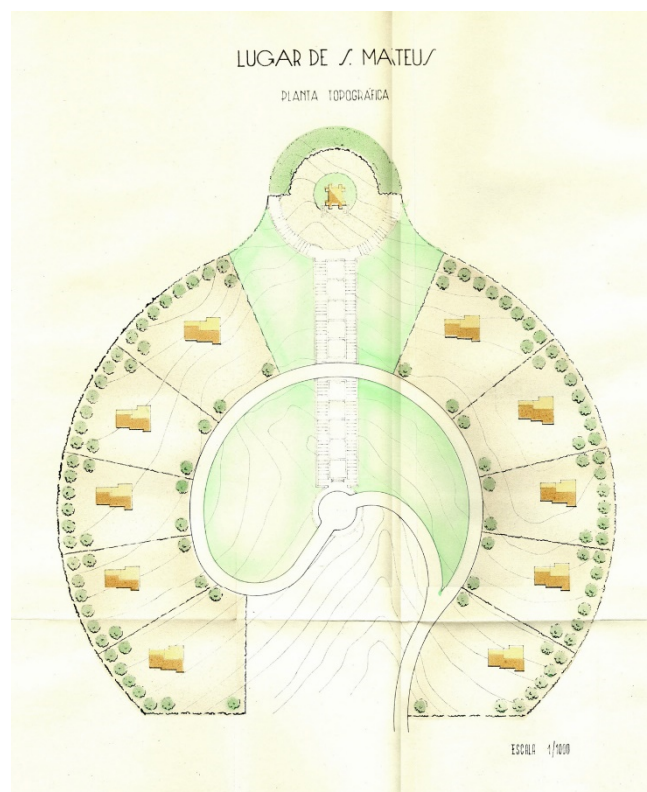


Fig. 9: O *arruamento* enquanto elemento estruturador dos assentamentos de S. Mateus, Videiro, Aldeia Nova da Veiga e Fontão na Colónia Agrícola do Barroso. [desenho da autora]

As variações de desenho da linha do *arruamento* permitem, mantendo a sua legibilidade e essencialidade, não só uma flexibilidade de adaptação aos diversos contextos – povoamento disperso e concentrado – como a diversas dimensões do assentamento. Nas regiões de povoamento concentrado, os assentamentos menores, são implantados nos remates das

estradas ou em estruturas tangentes a estas. São formados a partir de movimentos impressos às vias de forma a fixar um espaço central em torno do qual se organiza o assentamento. Os assentamentos de maior dimensão e diversidade programática, apesar de implantados nos cruzamentos ou entroncamentos das estradas regionais com a Estrada Nacional, são também estruturados a partir do princípio do *arruamento*. Mesmo no caso do assentamento da Aldeia Nova do Barroso, que numa observação rápida pode parecer contrariar este princípio, a descrição do assentamento, no Projecto de Colonização, é a este respeito reveladora, e de algum modo aproxima-se do sentido de “fuso” referido por Luísa Trindade²⁴.

“Os edifícios estão situados em dois grupos de duas filas a um e outro lado do arruamento principal sendo o conjunto cercado por duas ruas e interceptado perpendicularmente por outras duas.” (JCI 1944a, 1-2)

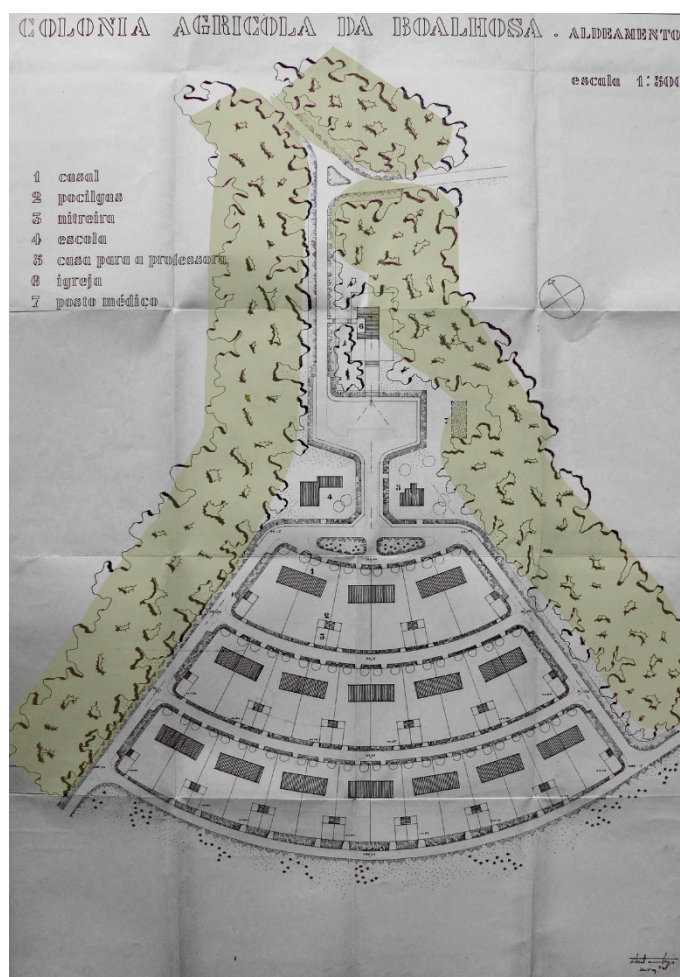


Fig. 10: Planta do projecto para a Aldeia Nova do Barroso, na Colónia Agrícola do Barroso [(JCI 1944b, s/n)].
O eixo central da Aldeia fotografado por Orlando Ribeiro (Belo 2012, 209. img 7837).

²⁴ “Desta tipologia de crescimento, em que um eixo territorial assume o comando, resulta frequentemente a conhecida forma de fuso [...]” (Trindade 2010, 476)

Clarificada a relação entre a escala de desenho do assentamento e a escala de desenho do território interessa compreender o cruzamento, no sistema, com a escala de desenho da parcela e da casa. Cruzamento que passa pelo estabelecimento de um princípio de implantação do edifício do casal relativamente ao *arruamento* que apesar de participar no seu desenho, mantém, no entanto, a sua independência, e consequentemente a autonomia da unidade familiar.

O modo como o lote é desenhado (na maioria dos casos – que correspondem aos projectos desenvolvidos no segundo momento identificado –), com o edifício no centro, orientado apenas segundo premissas solares, indiferente à forma do lote e a qualquer relação entre a frente deste e o alpendre de acesso ao casal revela, por um lado, uma certa independência entre o desenvolvimento de cada escala de projecto, e, por outro, que o seu dimensionamento parece decorrer mais do estabelecimento de *distâncias*, sejam elas de segurança, salubridade, higiene ou privacidade, do que da existência de um programa para estes espaços, sejam eles de acesso, representação, horta, pomar, etc. No entanto, ainda que com programa indeterminado, o espaço resultante da estratégia de independência entre a geometria de implantação do edifício e a geometria do lote pode ser entendido como um dispositivo que introduz uma maior diversificação nos espaços da parcela, ultrapassando a dicotomia entre frente e traseiras. A independência de implantação entre edifício e arruamento não significa que a implantação dos casais não seja cuidadosamente estudada do ponto de vista da imagem obtida através dos percursos ao longo dos arruamentos.

Para evitar o que se considerava suceder nalguns aglomerados, em que se verifica uma “monotonia” decorrente da repetição de um mesmo edifício – subentendendo-se que se refere à formação de um plano único, paralelo à via –, propõe-se a implantação dos casais formando um ângulo agudo com a via, privilegiando a sua observação de escoreço.

“Procurou-se formar um conjunto agradável com linhas de grandes perspectivas e de molde a que as silhuetas das habitações se recortem umas sobre as outras com claros e escuros, evitando, assim, a monotonia que se verifica nalguns aglomerados.” (JCI 1944a, 58-59)

Para além das questões plásticas interessa sublinhar que a utilização deste ângulo permite, por um lado, sublinhar o sentido individual de cada casal, e por outro, introduzir uma melhoria das condições de controlo visual da via a partir do interior do edifício. Este será o princípio de implantação comum a todos os assentamentos desenvolvidos até cerca de 1954, ainda que ao longo do tempo se verifiquem ligeiros ajustes suscitados por novas atenções a outros temas e resposta a circunstâncias específicas da localização dos assentamentos.



Fig. 11: O movimento do *arrumamento* no Núcleo de Pegões Velhos da Colônia Agrícola de Pegões (Estúdio Mário Novais s.d.).

Dos elementos de construção da paisagem

Para além das questões metodológicas e do princípio de desenho dos assentamentos – estruturados a partir de movimentos impressos à linha do arruamento territorial (até cerca de 1954) –, para reconhecer um sentido de identidade interessa também identificar um conjunto de elementos que decorrem da construção de um quadro de paisagem produtiva, não estritamente agrícola, que transformou radicalmente a paisagem pré-existente.

Do ponto de vista das infra-estruturas agrícolas de rega, não só há uma presença constante de açudes, noras, poços, minas, albufeiras, levadas, caleiras de distribuição e valas de enxugo²⁵, como o desenho destes elementos é sistematizado em pormenores tipo que se vão repetindo nas várias colónias.

A arborização constitui também um elemento de identificação das intervenções, não tanto pela utilização constante das espécies, que nem sempre sucede, mas sobretudo pela forma e intuito da sua plantação, aspecto fundamental quando estamos perante um território submetido a uma operação de desenho total assente num conhecimento profundo de todo o seu suporte geográfico. Para além da existência de desenho e regularidade nas plantações, é muito recorrente e expressiva a estratégia de compartimentação das parcelas agrícolas²⁶, a utilização

²⁵ A título de exemplo, na Colônia Agrícola do Barroso, foram construídos cerca de 43,5 quilómetros de levadas e 6,7 quilómetros de valas de enxugo.

²⁶ “[...] «compartimentar uma paisagem» consiste em ordenar essa paisagem em «compartimentos» relacionados quanto à sua função e finalidade. [...] O efeito resultante é importantíssimo, pois não só influi favoravelmente nos elementos climáticos (temperatura do ar, humidade relativa, precipitação e vento, entre os principais) e no solo (na defesa contra a erosão e na conservação do seu fundo de fertilidade, especialmente) como no consequente aumento de quantidade e qualidade de produção agrícola. [...] O efeito que se manifesta pelo estabelecimento da compartimentação é o resultado de influência, na paisagem, dos seus elementos constituintes, isto é, da influência da mata, da sebe e de todas as árvores isoladas ou em pequenos grupos, criando conjuntamente, junto das áreas cultivadas, e ambiente florestal tanto quanto possível próximo do climax natural, sem que a floresta exista, como o impõe a necessária extensão da área cultivada.” (Campello 1954, 13-16)

de cortinas de abrigo de vias e assentamentos e a fixação dos canais das linhas de água, valas de rega e demais elementos de infra-estruturação agrícola.

A utilização de grandes cortinas arbóreas criteriosamente desenhadas introduz uma legibilidade decorrente da compartimentação da paisagem que permite a leitura individual de cada uma das partes, tornando-as identificáveis.

O sistema de cortinas de abrigo utilizado como protecção dos assentamentos constitui também um elemento de uniformização das intervenções, muito marcante e reconhecível no percurso de aproximação e *entrada* de cada um dos assentamentos. Para além de garantir a legibilidade dos sistemas de infra-estruturação agrícola e dos assentamentos, a arborização, e nalguns casos a utilização de arbustos, é também utilizada para sublinhar, sombrear e embelezar, pontualmente ou em contínuo, as vias de comunicação.

“[...] pretende-se mostrar a conveniência estética (e talvez agrícola) de se proceder ao embelezamento das bermas das estradas, por meio de plantação de espécies arbustivas dispostas de molde a obter-se efeito à custa de tonalidades de verde e combinação de cores.”
(Campello 1956)

Também o traçado, o perfil e a materialização das vias constitui uma invariante no desenho das colónias. O rigor e a capacidade de adaptação dos traçados à topografia, justificado por questões de economia e meios disponíveis, reduzindo a necessidade de terraplanagens, assim como a associação dos traçados das vias a outros sistemas – extremas dos canais, sistemas de rega, arborização – expressam um desenho sensível e consequente na gestão dos vários elementos estruturadores. Tal como o desenho das infra-estruturas agrícolas, também os perfis das vias de comunicação são sistematizados em perfis tipo que se vão repetindo nas várias Colónias. Apesar de manterem o mesmo princípio de constituição, os materiais utilizados, à semelhança dos utilizados nos restantes elementos construídos nas colónias, reflectem a disponibilidade de cada região.

Mas o contributo dos arruamentos pode ser analisado, também, pela perspectiva que propõe de observação da paisagem. Nas regiões de planície as vias acompanham as linhas de água e, ou, os sistemas de rega. Nas regiões montanhosas as vias são implantadas recorrentemente a meia encosta, na zona de transição entre as parcelas agrícolas e as parcelas florestais. Para além desta localização proporcionar uma visão abrangente sobre o espaço aberto, procura uma integração suave na paisagem ao coincidir com os limites das parcelas e com suas cortinas de abrigo, sublinhando-se mutuamente. Na generalidade há um sentido de economia e de

pragmatismo ao concentrar a solução para um conjunto de objectivos num único gesto, sentido que também é explorado ao nível do desenho do assentamento.

Do desenho do assentamento

Também à escala do desenho do assentamento, serão as vias e a arborização os dois elementos²⁷, que, quer isolados, quer através da sua utilização cruzada, enquanto elementos essenciais, mínimos, possíveis num contexto de economia de meios, concentrando em si a resposta a várias premissas, se constituem como os dispositivos de garante da legibilidade ao conformarem os “3 espaços fundamentais da representação urbana clássica” (Morales 1991), e por extensão de qualquer aglomerado estruturado, referidos por Ignasi Solà Morales – o *arruamento*, a *porta*, a *praça*. Estes três elementos deixam de se estruturar numa sequência contínua, cuja forma espacial decorre directamente da relação de *cheio-vazio* com o edificado, para se autonomizarem, assumindo-se como *figuras*, como *cheios* que estabelecem relações à escala do grande espaço aberto do território, introduzindo, neste, elementos passíveis de garantir a sua legibilidade. A presença, relação e a hierarquia entre estes três elementos são de diferentes modos estabelecidas de acordo com a circunstância de um povoamento concentrado ou disperso.

No caso do povoamento disperso, o espaço da habitação, estruturado pelo arruamento, a praça e a porta constituem três elementos autónomos e independentes. Nos assentamentos concentrados, do ponto de vista da organização do próprio assentamento, o arruamento, que estabelece sempre uma relação de continuidade com a via de acesso, adquire uma dupla função; estrutura a implantação dos casais e conforma, pelo gesto que lhe é impresso, espaços centrais de permanência – no caso dos assentamentos menores, referidos como “Lugares” –, ou de largos associados à presença de equipamentos – no caso dos assentamentos maiores, referidos como “aldeias” –.

Partindo da condição de relativa autonomia entre o edificado e a conformação do espaço do arruamento e consequentemente dos espaços de largo e praça, estes espaços são desenhados com base na apropriação de condições topográficas e da arborização. O traçado do arruamento procura fixar o gesto que se intui da condição geográfica do sítio, escolhido de antemão pela sua capacidade de agregação do conjunto. O controlo da escala dos espaços é trabalhado através da arborização, e da apropriação e manipulação da topografia²⁸. Nestes assentamentos, a arborização é entendida, num quadro de redução de custos, como um dos elementos

²⁷ À semelhança dos elementos propostos por Kevin Lynch “vias e limites” (Lynch 1982).

²⁸ Existe apenas um caso, Pinhal Novo, na Colónia Agrícola do Barroso, em que a volumetria dos casais participa nesta conformação, sendo a escala assegurada pela relação equilibrada entre as dimensões dos casais e a largura do espaço central.

disponíveis para desenhar e qualificar os vários espaços dos assentamentos. Nesse sentido, aparece como complemento do arruamento, sendo utilizada para: qualificar e sublinhar a continuidade dos espaços de rua, em especial na Aldeia Nova do Barroso e Creande, na Colónia Agrícola do Barroso; para marcar o ritmo de sequência dos casais – em S. Mateus e na Aldeia da Veiga, na Colónia Agrícola do Barroso –; para pontuar a presença dos casais – no núcleo II da Colónia Agrícola do Alvão –; para conformar e controlar a escala dos espaços centrais de praça, seja através do seu contorno – no Videeiro –, ou no seu preenchimento – em S. Mateus, e no Centro Social da Colónia Agrícola do Barroso, e no núcleo VII da Colónia Agrícola do Alvão. Enquanto reforço das condições resgatadas à circunstância física do sítio, a arborização é utilizada em cortinas de abrigo que sublinham o sentido de encosta protegida a Norte e voltada a Sul – na Aldeia da Veiga e S. Mateus, na Colónia Agrícola do Barroso, e Colónia Agrícola da Boalhosa –; ou o sentido de outeiro proeminente na paisagem – em Pinhal Novo, na Colónia Agrícola do Barroso –.

É interessante constatar como, independentemente dos seus usos e manutenções, e apesar de apresentarem uma diversidade de soluções formais (espaços circulares côncavos profusamente arborizados, espaços alongados planos sem arborização, espaços ovalados sobrelevados envolvidos por árvores) os espaços centrais destes “lugares” resistiram ao tempo e adquiriram, pelo controlo da sua escala, autonomia, um sentido de perenidade, enquanto espaços de fruição colectiva, que lhes permite garantir a legibilidade do conjunto.

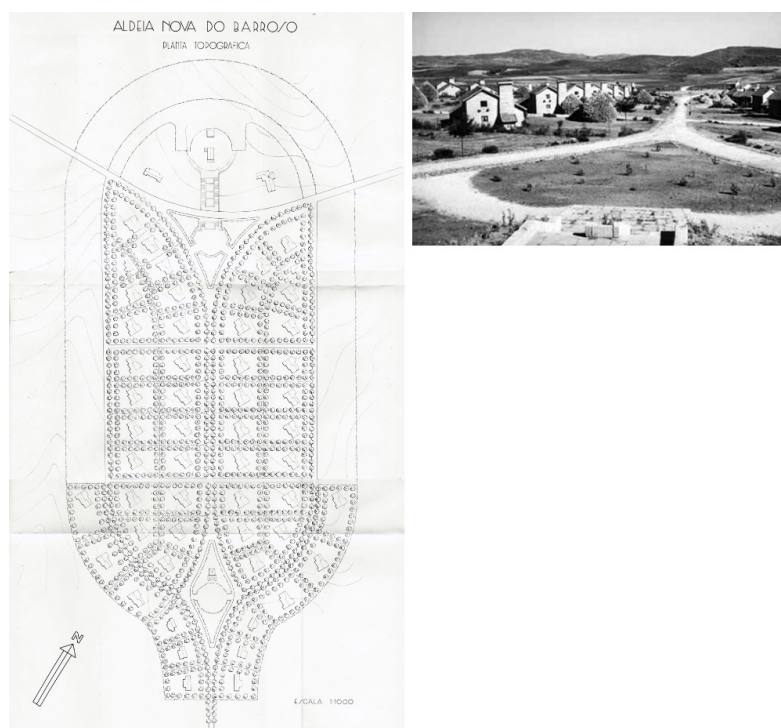


Fig. 12: Planta do projecto para o Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa com a cortina de abrigo em destaque [desenho editado a partir da imagem publicada in (Trigo 1959, s/n)].

Do “problema da monotonia” à diluição da legibilidade

Ainda nestes assentamentos projectados e construídos no segundo e terceiro momento, o desenho do assentamento coloca, como foi atrás referida, a questão da repetição dos casais, questão que faz emergir o “problema da monotonia”. Problema identificado pelo projectista que, para a sua minimização, propõe a implantação dos casais não paralelamente à via, de modo a controlar, a partir desta, a percepção do edifício, individualizando-o. Este mecanismo de implantação, ao quebrar a leitura contínua do conjunto de edifícios, liberta o desenho do edifício do desenho do arruamento, e deixa o edifício e a parcela numa condição paradoxal. Se, por um lado, o edifício não pretende contribuir para a definição espacial do canal do arruamento, por outro, é a partir da existência da via, enquanto máquina de percepção, que as premissas de implantação do edifício e consequente desenho da parcela se estabelecem, e nesta circunstância, à qual acresce o facto de não se definir como obrigatória a relação de um determinado programa do casal com a via, não é considerada uma possível proposta de organização da parcela²⁹. A parcela é aí entendida e desenhada apenas como espaço distanciador multidireccional, sem apontar um princípio de estratégia da sua ocupação com, por exemplo, espaços de horta ou pomar. Se, durante o período em que a ‘JCI’ prestava assistência às colónias, o controlo que exercia sobre as acções dos colonos obrigava à manutenção do edifício e da parcela, espaços libertos de intervenções que supostamente colocassem em causa a sua legibilidade e a dos conjuntos, com o fim desse período, que correspondeu também ao fim do regime, a situação altera-se profundamente. Para além de situações de abandono das propriedades na sequência da emigração, registam-se inúmeras alterações aos edifícios respondendo a necessidades de adequação, quer da habitação, quer das dependências agrícolas, em muitos casos, reflexo também, da expressão da desejada melhoria das condições de vida dos colonos. O espaço aberto da parcela é igualmente alvo de inúmeras intervenções, seja a criação de espaços de horta, jardim, pomar, ou a construção de garagens e outros edifícios de apoio. A falta de pistas de composição espacial, do ponto de vista da implantação do casal, sobre um princípio de organização da parcela, gerou uma grande diversidade de composições que conduziu a uma diferenciação de cada parcela no conjunto, reduzindo o

²⁹ Esta independência entre o desenho do edifício e da via não deixa de ser uma atitude moderna, veiculada especialmente por Le Corbusier, e que se transformou numa das características mais presentes dos assentamentos do território contemporâneo extensamente urbanizado. “[...] o abandono generalizado da rua corredor, [...] de uma regra compositiva aparentemente simples que assegurava a coerência formal entre a delimitação e a definição do espaço aberto, em grande parte espaço público, entre o público e o edificado, em grande parte espaço do privado, onde se protegia a própria privacidade, fazendo com que cada um aderisse sem uma solução de continuidade mas com muitos elementos de mediação com o molde do outro, e a dilatação contemporânea do espaço a céu aberto, do espaço entre as coisas, parece fazer com que a cidade contemporânea não oponha nenhuma resistência formal à arquitectura, não lhe propondo mais nenhum desafio [...]” (Secchi 1998/99)

contributo do edificado para a legibilidade dos conjuntos. Esta diluição da legibilidade, do ponto de vista dos edifícios dos casais, não se verifica, contudo, no único assentamento construído no quarto momento – Vascões, na Colónia Agrícola da Boalhosa –. A estreita relação de desenho entre edifícios e arruamentos e a orientação espacial clara de organização da parcela permitiu aos edifícios manterem o seu forte contributo no desenho do espaço público e da legibilidade do conjunto.

Bibliografia

- Abecasis, Henrique Manzanares. *O habitat rural. [Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo]*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1949.
- Belo, Duarte. *Portugal - Luz e Sombra. O País Depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Círculo de leitores, 2012.
- Campello, António Roquette. *Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha. Parte 1*. Lisboa: JCI, 1956.
- Projecto de colonização da Gafanha. IIª Parte. Anexo IX – Estudo de ordenamento paisagístico e ruralização dos núcleos de colonização. Volume I*. Lisboa: JCI, 1954.
- Estúdio Mário Novais. “JCI [Material Gráfico] / Estúdio Mário Novais.” *Biblioteca de arte*. s.d. <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt> (acedido em 21 de Junho de 2015).
- Girão, Aristides de Amorim. “Geografia Humana.” Porto: Portucalense Editora, 1946.
- Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016.
- JCI. *Projecto de colonização da Herdade de Pegões*. Lisboa: JCI, 1942.
- Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: Anexo 5: Projecto de aldeamento no Barroso. Aldeia Nova do Barroso e Lugar de S. Mateus*. Lisboa: JCI, 1944a.
- Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte – freguesia de Chã*. Lisboa: JCI, 1944b.
- Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: II Parte – Freguesias de Morgade, Cervos e Beça*. Lisboa: JCI, 1945.
- Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: III Parte – freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa: JCI, 1946.
- Lynch, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- Monclús, Francisco Javier, e José Luis Oyón. *Historia y evolución de la colonización agraria en España. Volumen I – Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural*. Madrid: MAPA, MAP, MOPU, 1988.
- Morales, Ignasi de Solá. “Mnemosi o retorica: la crisi della rappresentazione nella città e nell'architettura moderne.” *Atlante metropolitano. Quaderni di Lotus.*, 1991: p.91-94.

Oliveira, Marta Maria Peters Arriscado de. *Arquitectura Portuguesa do tempo dos Descobrimentos. Assento de prática e conselho cerca de 1500. [Dissertação de Doutoramento em Arquitectura]*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004.

Ribeiro, Orlando. "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico." Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

Secchi, Bernardo. "Immagini della città contemporanea." *Corso di Urbanistica* A. 1998/99. www.iuav.unive.it/urbanlab (acedido em 06 de Maio de 1999).

Trigo, António. *Colónia Agrícola da Boalhosa: urbanização: projecto*. Lisboa: JCI, 1959.

Trindade, Luísa. *Urbanismo na composição de Portugal [Tese de Doutoramento em História da Arte]*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

Vieira, Álvaro Siza. "Brasil." Em *01 textos*. Porto: Civilização Editora, 2009.

NOTAS CURRICULARES

Domingos Lopes é Professor Auxiliar c/ agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Diretor do Dep. de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista. Coautor de diferentes artigos e comunicações em congressos sobre planeamento e ordenamento florestal e sobre a importância dos ecossistemas florestais num contexto de alterações climáticas. Miembro del equipo Proyecto Poctep.

(http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=787707_2213903822).

Eliane Maria Foletto possui Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e Letras Imaculada Conceição (1989), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é professora Associado I da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Ambiental, Hidrogeografia e Áreas Protegidas.

Emilio Pérez Chinarro es Profesor Ayudante de la Universidad de Valladolid, Doctor. Dep. Economía Aplicada. Coautor de diferentes artículos y comunicaciones a congresos sobre paisaje y economía. Miembro del equipo Proyecto Poctep.

Eva Luque García (Sevilla 1972), es Arquitecto por la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla (1999). Obtuvo el Diploma de Investigación Avanzada por la Universidad Politécnica de Madrid en el año 2004. Desde el año 1999 ejerce su actividad profesional bajo el seudónimo de “Los del Desierto”. En el año 2005 confunda la firma ELAP arquitectos ingenieros. En el año 2009 confunda la editorial Irreversible, editando la serie micrografías, especializada en obra arquitectónica contemporánea. En el año 2011 confunda la firma LDDA dedicada a la difusión digital-virtual de la Arquitectura, desarrollando entre otros la app Guía Album de Cromos de la XI Bienal Española de Arquitectura y Urbanismo, promovida por el Ministerio de Fomento del Gobierno de España. Desde el año 2009, compatibiliza su actividad profesional con la docencia asociada al Departamento de Proyectos Arquitectónicos y al Departamento de Expresión Gráfica y Arquitectónica de la ETSA de la Universidad de Sevilla.

Fernanda Maria Follmann possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2008) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2012). Atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, com período de Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho, Campus Azurém, Portugal. Atua principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, proteção e conservação ambiental.

Fernando Eraldo Medeiros é Mestrando em Ciências e Tecnologias Ambientais pela UFSB. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas - Esuda. Atualmente é o Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Porto Seguro-BA.

Filipa de Castro Guerreiro é Doutorada em Arquitectura com a tese “Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento e o território” (FAUP, 2016). Pós-graduada em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (FAUP, 2005). Licenciada em Arquitectura (FAUP, 2000 e IUA Venezia 1998/1999).

Apresentou, em 2009, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica sob o título "Território, Palimpsesto, Premissa". Actualmente lecciona, como Professora Auxiliar, a unidade curricular Projecto 1 do Mestrado Integrado da FAUP.

Colaborou com o arq. Álvaro Siza entre 1999 e 2000. Fundou, em 2001, com Tiago Correia e Bruno Figueiredo, o LABFT, Laboratório de Arquitectura e urbanismo, e em 2008 fundou o Atelier da Bouça com Tiago Correia, arquitecto com quem desenvolve desde 2000 vários projectos em parceria, dos quais se destacam a ampliação da EPRAMI Paredes de Coura (Prémio Categoria Jovem Arquitecto, Arquitectura em Tijolo de Face à Vista CVG 04/05), o Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno de Bico (finalista dos Prémios FAD 2008 e nomeado para o Mies van der Rohe Award 2009) e 2 casas na Bouça das Cardosas (nomeado para o Mies van der Rohe Award 2015). Membro do Conselho Directivo da OASRN entre 2005 e 2010.

Francisco da Silva Costa é Professor Auxiliar na Universidade do Minho. Publicou 16 artigos em revistas especializadas e 57 trabalhos em actas de eventos, possui 10 capítulos de livros e 6 livros publicados. Possui 59 itens de produção técnica. Participou em 12 eventos no estrangeiro e 33 em Portugal. Actua na área de Geografia Económica e Social Nas suas actividades profissionais interagiu com 93 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos.

Francisco Eduardo Torres Cancela é Doutor em História Social do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da UNEB. Coordena o Grupo de Estudos sobre a América Portuguesa (GEAP/DCHT-UNEB).

Francisco Horta de Albuquerque Maranhão é Artista Plástico e Arquitecto brasileiro, vive e trabalha em São Paulo. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e cursa, actualmente, mestrado na área de Paisagem e Ambiente pela mesma instituição, com ênfase nas relações entre pintura e paisagem.

Francisco Paiva (Covilhã 1973) é Professor Auxiliar da Universidade da Beira Interior (UBI). Doutor em Belas Artes, especialidade de Desenho, pela Universidade do País Basco, licenciado em Arquitectura pela Universidade de Coimbra e licenciado em Design pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Foi investigador-visitante na Universidade de Bordéus 3. Coordena o Grupo de Artes e Humanidades da Unidade de Investigação LabCom.IFP. Integra diversas comissões científicas de eventos e de publicações especializadas e, a par da actividade académica, mantém-se activo como criador artístico. Desde 2011 coordena a DESIGNA, Conferência Internacional de Investigação em Design. Actualmente, dirige também o recém-criado Doutoramento em Media-Artes da UBI.

